



Sobre a experiência de uma professora negra no magistério superior (privado)

On the experience of a black teacher teaching in higher (private) education

Ana Luiza dos Santos Julio

Doutora em Psicologia, PUCRS
Professora de Psicologia FACED/ UFRGS - Porto Alegre – RS - Brasil.

Resumo:

Não há dúvidas que falar sobre profissão de mulheres negras implica em percepção identitária, em percepção de gênero, assim como percepção de raça e suas consequências no que se refere aos preconceitos e aos movimentos de discriminação referentes a este grupo específico: mulher negra, profissional de nível superior. Ora, no imaginário racista, o lugar da mulher negra ainda é na subserviência. Neste sentido, quando esta mulher se arvora a romper com este imaginário e ampliar suas fronteiras de pertencimento social, ela se expõe a ser alvo de toda essa complexa relação cultural brasileira que nos faz racistas e não nos responsabilizarmos por isto. Tanto a cultura machista quanto a cultura racista, que nos antecede, só é atualizada porque, de uma maneira ativa ou passiva, nós a reproduzimos. Precisamos, portanto, ter consciência de nossas responsabilidades na promoção e continuidade de relações que tiram do outro (negros e negras) o seu direito e sua humanidade.

Palavras-chave: Mulher Negra. Identidade Racial. Magistério Superior. Racismo Acadêmico.

Abstract:

There is no doubt that talking about professional black women implies identity perception, perception of gender, as well as perceptions of race and its consequences with regard to prejudice and discrimination movements relating to this specific group: black woman top-level professional. Now in the racist imagery, the place of the black woman is still in subservience. In this regard, when this woman rises up to break this imagery and expand her boundaries of social belonging, she exposes herself as a target of all this complex Brazilian cultural relationship that makes us racist and we do not consider ourselves responsible for it. Both the macho culture as well as the racist culture which precedes us, is only kept up because in an active or passive way, we reproduce it. We must therefore be aware of our responsibilities in the promotion and continuity of relationships that take away from the other (the black people) their right and their humanity.

Keywords: Black Woman. Racial Identity. University Teaching. Academic Racism.

Introdução

Ao falarmos de inclusão racial, seja de homens ou de mulheres, não se pode negligenciar nosso histórico colonial escravista, e que ainda nos dias atuais vivemos intensos resquícios desta cultura e que, em função disto, a identidade negra sofre sérias consequências, tanto no que se refere a autoestima, como nas mais diversas interferências para a efetivação da inclusão social.

Por esta razão, neste artigo considera-se em primeira mão, aspectos de identidades, seguido da questão da formação no magistério superior e, por fim, um relato de experiências de uma professora negra que se arvorou em ser professora de nível superior, a despeito de sua primeira e fundamental característica identitária: mulher negra.

Identidades

Identidade profissional

Sendo a identidade profissional um dos vértices da identidade pessoal, caracteriza-se por algo que deva ser construído, demandando um bom tempo de vida da pessoa, período este em que outros aspectos identitários também se encontram em elaboração.

Vejamos: uma só pessoa pode apresentar como vértice identificatório, a identidade familiar, abarcando a família de origem e também considerando as relações de parentesco como tios, tias, primos, primas, avós e em fim, a amplitude que caracteriza a família ampliada.

Em geral é no seio desta família que perguntas do tipo: “o que vais ser quando crescer” são feitas e colaboram para que esta pessoa passe a pensar sobre que forma de atuação profissional fará ao longo de sua história de vida. Dificilmente haverá neste momento uma resposta definitiva, porque muito se precisa andar e conhecer, na sociedade e do mundo e, principalmente de si próprio, para que seja possível fazer tal escolha profissional definitiva. Neste sentido, quanto mais complexa uma sociedade e suas relações, mais complexa será fazer a escolha profissional. Mesmo assim, é possível que outras variáveis se interponham, tais como a pessoa não se conhece o suficiente para fazer a escolha mais aproximada, ou mesmo não conhece as relações sociais o suficiente, para igualmente fazer esta escolha. Todavia, independente destas questões, se faz escolhas e opções, e se vai construindo profissionalmente. Neste sentido,

[...] a identidade profissional dos docentes é assim entendida como uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando numa série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções, estabelecendo, consciente e inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão — certamente marcado pela gênese e desenvolvimento histórico da função docente —, e os discursos que circulam no mundo social e cultural acerca dos docentes e da escola.¹

¹ GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, A. M.; VIEIRA, J. Santos. *As identidades docentes como fabricação da docência*. Educ. e Pesquisa. vol. 31, nº 1. São Paulo. 2005. p. 54.

Há profissões ou carreiras que apresentam socialmente com maior ou menor prestígio social, e isto reflete na maior ou menor procura profissional. Mas também acontece por parte da pessoa, uma possível pré-identificação, que a faz projetar ideais no exercício da profissão, entendendo como sendo a sua forma de estar e de atuar na sociedade em que se encontra.

A profissão do magistério parece ter este tipo de característica em que aqueles que fazem a opção por ela, parecer serem predestinados à carreira. E isto, está arraigado no senso comum, principalmente justificando os baixos salários, que só podem ser suportados por esta predestinação.

Algumas décadas passadas, a profissão do magistério se caracterizava como uma profissão eminentemente feminina, mas nem sempre foi assim. O magistério iniciou-se como profissão masculina e permaneceu como tal até o final do século XIX. Sempre vinculado à igreja, representava a ideia do domínio masculino sobre o feminino. Enquanto homens dominavam a profissão e a escolarização como um todo, esta apresentava um salário justo para o sustento do professor. Com o passar dos anos e com a feminilização da profissão, aumentou-se o número de profissionais e, como consequência, diminuiu-se seu prolabore.

Durante o Império, o ensino secundário era propedêutico e destinava-se àqueles que pretendiam prosseguir os estudos em nível superior, sendo que este último não era permitido às mulheres. A Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Ela abrigou tanto mulheres que queriam efetivamente lecionar, como outras que buscavam apenas dar continuidade aos estudos e adquirir boa formação geral antes de se casarem.²

Segundo Elizabeth Ângela dos Santos³ estes fatores, como o ingresso das mulheres no magistério justifica o desprestígio social da profissão do magistério, assim como a baixa remuneração e qualificação. Contudo este espaço era próprio da escola normal, ou seja, a formação de professoras para a educação formal das crianças tornou-se uma profissão feminilizada e, neste sentido, justificando os salários mais baixos. Neste caso, trata-se da profissão professora para o ensino básico fundamental, sem formação universitária, ou seja, para o equivalente ao ensino do primeiro grau.

Quando a identidade de uma professora refere-se ao exercício do ensino superior, exigirá, obviamente, que a pessoa em pauta faça toda uma construção profissional, abrangendo graduação, pós-graduação, com ou sem especializações, mas certamente incluindo mestrado e estudo em nível de doutorado, numa formação acadêmica completa.

Neste caso, trata-se de uma carreira profissional completa, que qualifica esta pessoa para o exercício do magistério em nível superior, podendo este ser em instituições de nível superior público ou privada. Toda maneira, há, nesta construção profissional, uma longa caminhada, com o

² BRUSCHINI & AMADO apud DEMARTINI, Z. & ANTUNES, F. F. Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 70.

³ SANTOS, Elizabeth Ângela dos. Profissão Docente: uma questão de gênero? *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

aval de certificação dos mais diversos institutos por onde esta profissional passou para a obtenção dos referidos títulos.

Identidade de gênero e raça

Por identidade de gênero aqui, a referência é para a mulher em suas ainda atuais vicissitudes do que representa ser uma mulher negra, em uma sociedade machista, sexista e racista, e mesmo nestas condições, a mulher tem como um de seus objetivos de vida a construção de uma carreira profissional, de nível superior, razão pela qual já abordamos a categoria identidade profissional.

Então se tem como identidade de gênero, a ideia de que uma mulher tenha em si todo o potencial para o exercício profissional para o qual se habilitou previamente, e que não existem, de antemão, profissões femininas ou masculinas, a não ser por força de uma construção ideológica social. E, se foi construído, pode, sem dúvida, ser desconstruído.

Assim é que, se no imaginário social atribuimos e delegamos tarefas profissionais intelectuais aos homens, tais tarefas podem também ser atribuídas e delegadas às mulheres, uma vez não haver razões que justifiquem tamanha discriminação de gênero. Os estudos de Strey, Cabeda e Prehn⁴ já comprovaram o que aqui apenas citamos, como qualidades profissionais alcançáveis para homens e para mulheres.

Ainda que o termo gênero na atualidade possa nos remeter a uma diversidade de construções de gênero, neste estudo referimos apenas à construção da mulher e, ainda mais especificamente, mulher negra. Portanto, doravante, gênero, diz respeito à mulher negra. Assim é que, segundo Sueli Carneiro, precisamos enegrecer o feminismo, pois:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.⁵

Subsequente a esta questão afirma Carneiro que:

[...] para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações

⁴ STREY, M.N.; CABEDA, S.T.L.; PREHN, D.R. *Gênero e Cultura* - Questões contemporâneas. EDIPUCRS, 2004.

⁵ CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Revista LOLA Press nº 16, novembro 2001.

de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.⁶

Sueli Carneiro⁷ corrobora neste artigo quando aponta, enquanto uma intelectual negra como se dá a experiência de viver o feminismo negro, em uma sociedade machista e racista. Neste sentido, quando se fala em mulher negra, ou ainda, quando se propõe um feminismo negro, há que se falar no racismo e nas sequelas que ele deixou e que ainda permanece fazendo na cotidianidade das mulheres negras.

Magistério superior

Ao buscar indicadores sobre a distribuição e ou colocação dos professores de nível superior em conformidade com a raça, foi verificado que em nenhum dos órgãos que se dedica à pesquisas sobre o ensino superior, tem considerado a correlação entre raça e corpo docente no ensino superior. Há alguns estudos avaliando a distribuição de raça para o corpo docente, e estudos apontando professoras negras no ensino fundamental, mas não foi encontrado nenhum estudo com o recorte professores e professoras negras no ensino superior. Disto infere-se que este tema não tem sido levado em consideração, enfatizando o que Henrique Cunha Junior⁸ já havia apontado caracterizando o racismo institucional, não apenas na saúde como apontam alguns estudos, mas também e fundamentalmente, como diz Cunha Junior⁹, a ocorrência do racismo acadêmico, refletindo o fato de a academia (embranquecida) não demonstrar interesse pela temática.

Mulher negra e magistério superior privado – A experiência: as experiências

Não tivesse a carreira de esta professora ter-se iniciado no ensino superior público, pelas vias legais de concurso público, com aprovação e classificação em primeiro lugar, dentre 8 candidatos à vaga, possivelmente as consequências dos posteriores acontecidos tivessem um outro encaminhamento, do tipo mais aproximado da simples desqualificação profissional da pessoa em pauta.

O início desta carreira deu-se, então, com alguns êxitos que incluem grau “muito bom” no estágio probatório; bom exercício de aulas com aceite do corpo docente e mais tarde a procura da profissional enquanto orientadora no caminho profissional daqueles acadêmicos. Por questões de necessidade de cuidado da saúde, entretanto, a professora em questão se afasta da universidade pública, rompendo o vínculo com aquela universidade. Após este período a professora ingressa no magistério privado, onde, diferentemente da experiência anterior, iniciam-se os problemas acadêmicos. O primeiro deles pode ser descrito pela dificuldade da aceitação do corpo docente da professora em pauta, em um curso de psicologia. É preciso que se observe que a experiência anterior era para cursos de licenciatura em geral, que contemplam as disciplinas de psicologia de educação, pois não havia na instituição anterior, o curso de psicologia propriamente dito.

⁶ CARNEIRO, 2001, p. 2.

⁷ CARNEIRO, 2001.

⁸ CUNHA JUNIOR, Henrique. Abolição inacabada e a educação dos afrodescendentes. *Revista espaço acadêmico*, nº 89, outubro, 2008.

⁹ CUNHA JUNIOR, 2008.

No curso de psicologia, portanto, curso de origem da referida professora, iniciam-se os problemas de aceitação desta, visto como alguém inapto para conduzir os trabalhos acadêmicos. A professora, em função dos problemas com os discentes suscitados na faculdade privada, finda em ser demitida daquele seu trabalho, ainda que, desde que ingressara na instituição, havia outros professores que estariam na “corda bamba”, por assim dizer, referindo-se com isto, uma instabilidade no vínculo trabalhista daqueles.

Há que ser dito que dentre todos aqueles professores que eram ameaçados com a possibilidade de demissão, esta era a única professora negra, e, efetivamente, tomou a dianteira, sendo a única a ser demitida. Aqui parece tratar-se de uma demissão exemplar, uma vez que os demais professores, ameaçados de demissão em função do reclame dos discentes, não são demitidos.

A profissional em pauta passa a desenvolver outras atividades e entre elas dedica-se a continuidade de sua qualificação profissional, cursando especialização em psicologia clínica e mestrado em educação. Ao findar o mestrado, retoma sua carreira na academia e trabalha em outra instituição que também não tinha, na ocasião de seu ingresso, o curso de psicologia propriamente dito. Trabalha então em vários cursos como de serviço social, jornalismo, fonoterapia, direito, administração, educação física, pedagogia, história, e, enfim, com disciplinas da formação de professores e outras como psicologia social comunitária, psicologia da comunicação, psicologia jurídica, psicologia organizacional dentre outras.

Desta vez a professora manteve-se na instituição por quatro anos, e desenvolveu excelente trabalho, contribuindo, não apenas como docente, mas como orientadora de trabalhos de conclusão e participando de muitas bancas de trabalho de conclusão dos referidos cursos, principalmente do curso de direito, além de muitos trabalhos junto ao grupo de bolsistas, dentro de um programa de bolsas de estudo da instituição.

Em 2009 inicia-se nesta IES (Instituição de Ensino Superior) o curso de psicologia, e, novamente iniciam-se os problemas da professora como o corpo discente, propriamente dito, uma vez que parte deste grupo, não a aceita como sua professora. Novamente, em meados de 2010 a professora é demitida, ainda que, na ocasião, um grupo de discentes que anteviu a situação, manifestou-se levando até a coordenação do curso, um abaixo assinado pedindo pela permanência da professora, sem que tenha surtido o efeito desejado de reversão do quadro demissional. A manifestação de alguns discentes era no sentido de que, além de gostarem das aulas da referida professora, considerarem que havia, tal qual na instituição anterior, outros professores com menor qualificação e didática, do que esta que fora, na ocasião, novamente a escolhida para sair. Percebe-se, a partir disto, uma repetição, ainda que com algumas variáveis. Desta vez, não é a única professora negra do curso, mas é a única que estava com o curso de doutorado quase concluído, o que a tornou uma ameaça à coordenação do curso, que não tinha este nível de formação. Assim é que, novamente é a única a ser demitida.

Aproximadamente um ano depois a professora é chamada para compor o quadro docente de uma faculdade de psicologia que estava se organizando. Nesta ocasião a professora já possuía o grau de doutora além de muitos artigos e livros publicados, o que faz com que seu currículo vitae tenha um grau de excelência. A professora então, aceita o convite e trabalha nesta IES durante três semestres.

No primeiro semestre começam rumores nos corredores da IES, contrários a permanência da professora. Uma aluna chegou a afirmar em sala de aula, o que foi ouvido por um grupo de alunos que “falta muito cal nesta professora para chegar a ser boa...” explicitando, com todas as letras, o cerne do problema enfrentado por esta professora, ao longo de sua caminhada profissional. Todavia a professora se manteve na IES até a aprovação do MEC do curso em pauta, e, um semestre depois, foi demitida, sendo alegada uma incompetência em lidar com o corpo discente. Nos semestres anteriores, entretanto, enquanto a IES aguardava a visitação do MEC, as mesmas “incompetências” da professora não incomodavam e eram tranquilamente acomodadas. Depois, parece que passaram a perturbar a ordem na IES.

Atualmente a professora em pauta é concursada e dá aulas numa Universidade Federal, exercendo seu trabalho na formação de professores e sendo apreciada pelos discentes, participando de bancas de trabalho de conclusão e todas as atividades pertinente à vida acadêmica. Há que ser dito que a professora, mesmo sendo psicóloga, com especialização em psicologia clínica, mestrado em educação e doutorado em psicologia, não trabalha com a formação de psicólogos.

Entendimento da experiência

Para leitores pouco afeitos da questão racial apontada, pode parecer, em primeira instância que a professora em pauta, tenha dificuldades com alguns temas da psicologia em geral, e seja mais afeita da psicologia da educação. É importante então, lembrar que a referida professora é formada em psicologia, com especialização em psicologia clínica, mestrado em educação e doutorado em psicologia. Com tantos estudos, pode-se considerar que esta professora tenha algum conhecimento. Então consideraremos a existência de um fator ligado à experiência desta professora nos cursos de psicologia em que esteve vinculada, que precisa ser explicitado. Trata-se da ideia ligada a identidade profissional dos acadêmicos de psicologia do ensino privado. Sendo curso de psicologia um curso elitista, este adquire no ensino privado uma identidade implícita ligada a ideias como sucesso profissional e, conseqüentemente, a ideia de uma riqueza financeira daí advinda. Claro que nada disto é dito ou explicitamente incentivado, mas há um imaginário, por assim dizer, que o profissional de psicologia é alguém que certamente prosperará financeiramente.

No imaginário popular há aqueles cursos que pendem para uma elitização e outros não. Assim, cursos como medicina, direito, arquitetura, engenharias, odontologia e psicologia, são considerados cursos de elite, enquanto que os cursos de licenciatura são considerados não elitizados e que, portanto, podem ser cursados pelas classes populares sem maior consequência social. E, se podem ser cursados pelas classes populares, também podem ter professores advindos de lugares diferentes. Mesmo quando este “lugar diferente” seja demarcado pelo pertencimento racial.

Não se pode negar a existência de um perfil profissional que é seguido por um e ou por outro grupo. Nem sempre é a classe social quem encabeça o seguimento; muitas vezes podem ser aspectos ideológicos que, todavia, demarca características do grupo que ali se encontra. Pode inclusive haver uma adesão de indivíduos de um grupo que se identifica com o grupo de poder. A exemplo, pode-se citar pessoas negras sem identidade negra, que não percebem os preconceitos e as discriminações que a cercam; pessoas das classes populares que pensam e agem como pessoas da elite.

Mas como estamos inseridos numa sociedade racista, uma mulher negra, mesmo obtendo o diploma de doutora em psicologia, difere do perfil dos e das doutoras dos cursos de psicologia no sul do país. Muitas vezes, ser doutora negra em psicologia se parece em ser um peixe fora da água, ainda mais em se tratando do sul do país, onde a característica do povo é de descendência alemã, italiana, sueca, polonesa e, por que não: negra.

E este é o ponto que muitas vezes deixamos escapar: como se a comunidade negra não tivesse feito parte da construção do Brasil, em todos os cantos deste imenso país. Então, por força de hábito, ou melhor dizendo, pelo que nomeamos de racismo institucional que implica numa discriminação racial de origem, isto é, pela cultura de desvalorizar o outro por ser diverso do que tem sido considerado padrão, deixamos, sempre, e por costume e de propósito, aos negros e negras de fora, sem serem socialmente incluídos. É exatamente este mecanismo que é repetido quando, diante de uma pessoa, mesmo com todos os documentos que comprovem a sua caminhada profissional, e sua chegada ao cume, que na educação é a titulação de doutor(a), mesmo nessas condições, a sociedade brasileira peca, costumeiramente, deixando esse(a) doutora de fora das instituições.

É um nível de violência intenso, caracterizando o que se nomeia como racismo institucional, no qual, por tratar-se de antemão de uma pessoa negra, por isso só, justifica maus tratos dirigidos a esta pessoa. Maus tratos estes, não necessariamente físicos, verbais, explícitos, mas maus tratos morais. Então, entre graduandos e uma professora doutora, onde os graduandos têm mais voz do que a pessoa com a titulação, não é preciso que se explicita mais a cor da pele de cada um. Muito provável que, se fosse um professor doutor branco, os encaminhamentos teriam sido outros, e cada graduando teria aprendido, já desde a graduação, qual a postura ética necessária para a sua carreira profissional, que implica, em primeiro lugar, no respeito ao colega que, no mínimo, tem mais anos de experiência.

E o que pensar sobre as questões psicológicas, emocionais da professora (psicóloga) no que se refere às condições pelas quais tem passado diante desta discriminação? Não há dúvidas de que as características pessoais da professora estão em questão, por tratar-se de uma mulher negra que, como tal, não compõe o imaginário do que seja uma profissional de sucesso do corpo docente da psicologia.

A manifestação do racismo dissimulado tem-nos apontado para o fato de que o nível de exigência feito aos (as) negros (as) é muito maior do que tem sido exigido dos profissionais não

negros. Então, os (as) negros (as) tem que provar serem super profissionais, repetindo o que é próprio do racismo: a desconsideração da humanidade da população negra. Primeiro, quando da escravidão e em seguida no pós-escravidão, considerando à população negra numa subumanidade, onde as características deste povo seriam próximas as características de animais, tais como uma sexualidade exacerbada, e uma tipologia física exuberante. A humanidade, portanto, seria própria dos brancos e que, na mesma lógica, seriam os possuidores também da racionalidade, própria dos humanos, o que justifica a consideração da subumanidade ou animalidade dos(as) negros(as), que, portanto, não seriam possuidores da razão, da lógica, da racionalidade.

Diante disto tudo, segundo o pensamento preconceituoso, como compreender que uma pessoa negra possa possuir título de doutora? E, caso possua, como admitir que ela possa ensinar o que quer que seja a um grupo universitário, de certa elite, com um certo grau de conhecimento que, com certeza, caracterize a superioridade daqueles que ali se encontram em estudo? Estas questões aqui apontadas são centrais e estão no imaginário de toda a pessoa brasileira que não perceba e que não se sensibilize diante do que é a discriminação racial e que terminam, por razão da negação, em reproduzir o comportamento e as atitudes racistas, excludentes.

A discriminação racial tanto quanto o preconceito, não é na atualidade algo fácil de ser detectado como no passado, quando eram manifestações explícitas. Hoje, até mesmo por tratar-se de crime de caráter hediondo, torna-se mais perverso na sua manifestação. E, dentro desta perversidade, vai se especializando, se sofisticando, por assim dizer, e tomando um caráter de completa e complexa negação. Através deste mecanismo psicológico da negação, aquele que discrimina recusa-se em perceber-se como preconceituoso, e racionaliza, atribuindo ao outro, o sujeito de seu preconceito, a responsabilidade pelo fato gerador do preconceito.

Considerações finais

Na experiência negativa desta professora no ensino superior privado, o que se vê é justamente esta ideia, de que, para negar o preconceito, os graduandos do ensino privado, assim como os dirigentes de tais instituições atribuem ineficiência da professora negra, quando tendem a tolerar em maior escala, qualquer erro, falha ou equívoco dos professores não negros.

Aos(as) negros(as) exigem, em uma manifestação racista inconsciente ou não, todavia com muito rigor, uma capacidade supra-humana a qual, obviamente, nem eles podem chegar. Mas como estas pessoas negras, não atingem o cume supra estimado, não servem para a tarefa proposta. Desta forma justificando a ineficiência e incompetência negra.

Os(as) negros(as) sentem que são super exigidos, e, quando não percebem o mecanismo perverso que esta estruturado como um recurso de excluí-los, sofrem psiquicamente e se sentem mal capacitados e ou mal preparados. Como o objetivo é de não inclusão, de não participação, em verdade, este tal preparo, esta tal capacitação nunca vai ser suficiente. As pessoas negras, portanto, nunca estarão bem preparadas, enquanto a sociedade permanecer com o crivo racista.

O algo faltante, que em verdade é da condição humana, será construído nas relações humanas, entre docentes e discentes, quando for permitido, em relações não racistas, que isto aconteça. O ensino superior público é o lugar apropriado para que isto aconteça.

Referências

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Revista LOLA Press nº 16, novembro 2001

CUNHA JUNIOR, Henrique. Abolição inacabada e a educação dos afrodescendentes. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 89, 2008.

DEMARTINI, Z. & ANTUNES, F. F. Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, A. M.; VIEIRA, J. Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. *Educ. e Pesquisa*. vol.31 nº1. São Paulo. 2005.

SANTOS, Elizabeth Ângela dos. Profissão Docente: uma questão de gênero? *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Profissão docente; gênero; representações Sociais - ST 8 – Discurso e Gênero: a figura feminina.

STREY, M.N.; CABEDA, S.L.; PREHN,D.R. *Gênero e cultura*. Questões contemporâneas. EDIPUCRS, 2008.